



## **POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMAS EDUCACIONAIS: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM IPIRANGA (PI), NO PERÍODO DE 2008 A 2012**

Setembro /2013

Eixo temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares  
Universidade Federal do Piauí – UFPI  
NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa  
[franciscoufpi@gmail.com](mailto:franciscoufpi@gmail.com)  
Comunicação Oral. Texto completo.

### **RESUMO**

O presente estudo analisa as políticas públicas direcionadas à Educação de Jovens e Adultos na cidade de Ipiranga do Piauí, nos anos de 2008 a 2012. Trata-se de uma pesquisa colaborativa que visou identificar os avanços e problemas no processo educativo, identificando causas e propondo algumas medidas para solucionar a problemática, no intuito de favorecer a população jovem e adulta à obtenção do conhecimento para desempenho das atividades essenciais na vida social.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Criatividade. Educação.

### **ABSTRACT**

This study analyzes the policies targeting Youth and Adult Unit School Manoel Ribeiro city of Ipiranga Piaui, in the years 2008 to 2012. Presents obstacles faced by faculty and students in making the learning process and explains the reasons why the students to drop out, reporting the participation of the government in carrying out educational activities. From qualitative data can be said about the discrepancy existing in teaching making it necessary reformulations in educational policies in order to encourage young people and adults will obtain the knowledge to carry out essential activities in social life

**Keywords:** Public policies. Creativity. Education.



## INTRODUÇÃO

No intuito de abordar os entraves da prática pedagógica que afeta a qualidade de ensino conhecendo os desafios presentes no cotidiano, verificar como o alunado está inserido no gozo da democracia como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e procurar meios eficazes para a promoção do educando, faz-se necessário a busca de alternativas viáveis, acreditando que as ações das políticas públicas podem influenciar na qualidade de ensino aprendizagem voltadas ao público da Educação de Jovens e Adultos da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, antigo Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura da cidade de Ipiranga do Piauí, onde é ofertado em nível fundamental e médio não profissionalizante no turno noite.

Devido à falta de perspectiva do corpo discente, fruto dos obstáculos enfrentados no cotidiano que dificulta a qualidade do ensino aprendizagem o que gera reflexão para tomadas de medidas instigadoras que venham a priorizar essa modalidade, na qual se tornam vítima do descaso social visto no perfil de cada educando, sendo que o baixo rendimento escolar afeta no crescimento intelectual da cidade, trazendo consequências desastrosas em todas as esferas da vida, comprometendo assim o futuro de uma nação marcada por grandes desigualdades sociais.

É através da inquietação especialmente dos governantes e pesquisadores em educação que o Ensino de Jovens e Adultos terá novos rumos promissores, pois tomarão consciência da importância do conhecimento enquanto cidadãos no inserimento na vida social e no destino de um país.

Muitos são os desafios verificados no cotidiano escolar que compromete a concretização do ensino aprendizagem como: prostituição, uso de drogas, pobreza extrema, alunos especiais, sendo que a qualificação necessária para trabalhar com esse público ainda não contemplou todos os docentes. Tais problemas levam o aluno a não ter êxito nos estudos, inviabilizando a inserção no mercado de trabalho o que provoca ociosidade por não ter qualificação profissional para competir na era tecnológica que exige da mão de obra especializada.

Para um resultado satisfatório nessa modalidade de ensino, urgentemente necessita de uma reformulação nas políticas públicas voltadas para esse corpo



vulnerável à exclusão social para que o resultado obtido não esteja somente nas estatísticas e sim no progresso econômico, social e cultural dessa região.

## 1. REVISÃO DA LITERATURA

O grande desafio do século XXI é preparar pessoas competentes e produtivas que tenham respaldo dentro da sociedade em que estejam inseridas. Na certeza de que a educação é fundamental para o progresso de uma nação, cabe enfatizar a modalidade Educação de Jovens de Adultos que foi contemplada pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9394, de 20/12/92) no artigo 37 inciso 1º que diz:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida de trabalho, mediante cursos e exames.

Diante dos obstáculos verificados no cotidiano escolar e a garantia da lei em promover condições de permanência do educando na escola, precisa-se de estratégias nas políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, no que se refere ao paralelo permanência na escola e acesso ao trabalho. Daí, a necessidade em satisfazer o público desse município fornecendo condições que atendam aos seus anseios. “O caminho que estamos trilhando e querendo alcançar é o da superação da pobreza extrema, da necessidade da inclusão social da população brasileira”. (MACEDO, 2012).

Conciliar educação e trabalho na fase adulta torna o homem sensível as dificuldades impostas pela sobrevivência. O princípio educativo do trabalho, portanto,

Deriva de sua especificidade de ser uma atividade necessária, desde sempre, a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado, desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano-como ser natural- necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais e socioculturais. [...] Porém, o trabalho e a propriedade dos bens do mundo também são um direito, pois é por eles que os indivíduos podem criar, recriar e reproduzir permanentemente sua existência. (FRIGOTTO, 2002, p.15)



O fator financeiro interfere no estilo de vida de uma população, pois seria difícil o sucesso na aprendizagem sendo que o sujeito não apresenta condições dignas de vida. Consta-se um mundo marcado pelas injustiças sociais onde uma minoria usufrui dos bens oferecidos pelo mercado.

Fala-se muito em oportunidades para todos, em movimentos e organizações na conquista da justiça social, porém observa-se que aqueles que não adquiriram conhecimentos estão alienados diante das circunstâncias, não conseguem expor suas aptidões para seu próprio crescimento enquanto cidadão fruta de consequências adquiridas devido ao abandono escolar em anos anteriores. Visto que a Educação de Jovens e Adultos vem desde o período Colonial:

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. (ROMANELI, 1985, p. 35).

Pode-se afirmar que a história dessa educação de início foi fragmentada, ao favorecer a elite em detrimento da classe menos favorecida, pois a oportunidade dependia de influência política. Somente a partir de 1960 com os movimentos populares é que ela é oferecida ao povo como meio de transformação social, sendo, portanto tardia ao longo de sua trajetória.

No período Imperial, a educação é assegurada pela Constituição Federal de 1824, sobre a qual, Ribeiro (1982) transcreve o Art. 250 “Haverá no império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais” (p.48). Porém registrava-se na época um analfabetismo em larga escala, os excluídos não tinham acesso a escola, pois havia o tráfico negreiro utilizado como mão-de-obra escrava e os índios eram considerados bárbaros.

Segue o Período Republicano, 1889-1964, com inúmeras reformas voltadas para a educação, não surtindo efeitos positivos já que não contemplava todas as modalidades



de ensino. A educação “não chegava efetivamente a aparecer como uma educação que se procurava levar a toda a coletividade”. (BEISEGEL, 1974, p.67).

Ao final dos anos 40 do século passado foram implementadas as primeiras políticas públicas nacionais de educação escolar para adultos, que disseminaram pelo território brasileiro campanhas de alfabetização.

No início da década de 60, movimentos de educação e cultura popular ligados a organizações sociais, à igreja católica e a governos desenvolveram experiências de alfabetização de adultos orientadas a conscientizar os participantes de seus direitos, analisar criticamente a realidade e nela intervir para transformar as estruturas sociais injustas. Diretriz totalmente contrária teve o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) da década de 1970, conduzido pelo regime militar no sentido de sua legitimação (Di Pierro, 2001).

No período pós 1964, a primeira manifestação do governo em relação à educação de adultos é de 28 de fevereiro de 1966 (Decreto n. 57895) quando o Presidente da República determinou que os saldos não aplicados nos Fundos Nacionais do Ensino Primário e Médio deveriam ser aplicados pelo MEC a fim de atender, entre outros objetivos, o ensino fundamental das pessoas analfabetas de mais de 10 anos.

É importante ressaltar que hoje há ofertas de programas riquíssimos a serem oferecidos pelos governantes que poderiam desenvolver o potencial que existe no Piauí colocando-o no topo do ranking brasileiro, dentre eles cabe destacar: o PROEJA (Programa Nacional de Integração Básica com a Educação Profissional na Modalidade Educação de Jovens e Adultos) onde se retoma o ensino profissionalizante de forma mais sistemática, oportunizando o aluno a qualificar-se para o mundo do trabalho. É o que confirma o inciso 3º do artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB n. 9394/96 “A Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”. (BRASIL, 1996).

Outro Programa a ser lembrado é o PROJOVEM RURAL que oportuniza o jovem trabalhador do campo a desenvolver práticas agrícolas para complemento da renda familiar, já que grande parte da população economicamente ativa trabalha no setor primário da economia.



Verifica-se que a oferta de programas não garante a permanência do educando visto no alto índice de evasão, fruto de fatores externos que contribuem para essa realidade. Mas, quando bem desenvolvidos no município, podem contribuir grandemente para que haja mudanças no contexto sócio econômico.

O Estado conta também com o pronatec que compreende uma reforma na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em que oferece cursos técnicos com o mínimo de 800 horas, porém para o ingresso é exigido uma seleção o que exclui a maioria dos candidatos.

Quando falamos de jovens e adultos, estamos falando de uma parcela da população excluída socialmente, inclusive da escola. Jovens e adultos das camadas populares, cujos traços comuns revelam a vulnerabilidade inerente à exclusão: marginalizados, desempregados, oprimidos e sem horizontes de sucesso profissional ou melhoria na qualidade de vida. (OLIVEIRA, 2002).

Vale mencionar os desafios educacionais presentes na Educação de Jovens e Adultos da Unidade Escolar Manoel Ribeiro onde são verificados: problemas visuais, evasão escolar, ausência de recursos didáticos adequados, déficit de aprendizagem, desânimo, falta de capacitação específica para o quadro de educadores.

Na perspectiva de transformação social, segundo a qual o sentido da transformação bem como o processo do qual ela resulta dependem, sobretudo, da ação política concreta dos indivíduos e grupos envolvidos, o desenvolvimento de práticas sociais mais igualitárias e solidárias no interior da escola é entendido, em si, como um passo para a transformação social o que implica investimentos na construção de novas relações levando-se em conta necessidades e interesses dos envolvidos no processo, condição para o estabelecimento de novas relações de acordo com os moldes da sociedade que se quer construir. (OLIVEIRA, 1993, p. 142).

Ainda, seguindo esse conceito, cabe enfatizar o grande desejo de superação das adversidades presentes nessa modalidade de ensino, a incerteza da transformação do homem pensante e crítico que possa fazer a diferença no meio onde vive. O conhecimento deve vir espontâneo, de forma prazerosa onde educador e educando compartilhem experiências, associando teoria e prática vivida para que de fato venha ocorrer a aprendizagem, sendo que o educador insira no seu cotidiano o planejamento. “Planejar é racionalizar a ação educativa, antecipando o delineamento dos



acontecimentos que vão ocorrer na sala de aula, evitando-se a improvisação e a rotina” (ENRICONE et al., 1998, p.26).

A adoção de uma prática pedagógica adequada à clientela é essencial para despertar o gosto e dar sentido o que estar sendo repassado pelo educador. Já não basta mais atividades corriqueiras que não provoquem descobertas, é imprescindível adentrar o educando no campo das pesquisas, nos experimentos para que seja agente participativo, introduzindo nesse planejamento projetos que contemplem as diferentes áreas do conhecimento para que os educandos venham se adentrar nas atividades propostas e no final de cada realização culminar com eventos que envolvam toda a comunidade.

Atuando na EJA, encontram-se professores que, majoritariamente, não contaram em sua formação inicial com cursos e disciplinas voltadas para a atuação em processos de aprendizagem de pessoas jovens e adultas, e que apoiam suas práticas em saberes construídos pela experiência na educação regular para crianças e adolescentes. (TARDIF; RAYMOND, 2000, p. 209-244).

A promoção de capacitações e dedicação ao público alvo surtiriam efeitos positivos no tocante à prática pedagógica. Daria suporte para o desenvolvimento das atividades diárias que viesse a favorecer o desempenho do corpo docente. Analisando algumas profissões é inadmissível a atuação de determinado profissional em áreas que não seja sua especialidade. Daí a singularidade da educação em preparar profissionais atuantes no mundo do trabalho o que requer do educador segurança no serviço prestado.

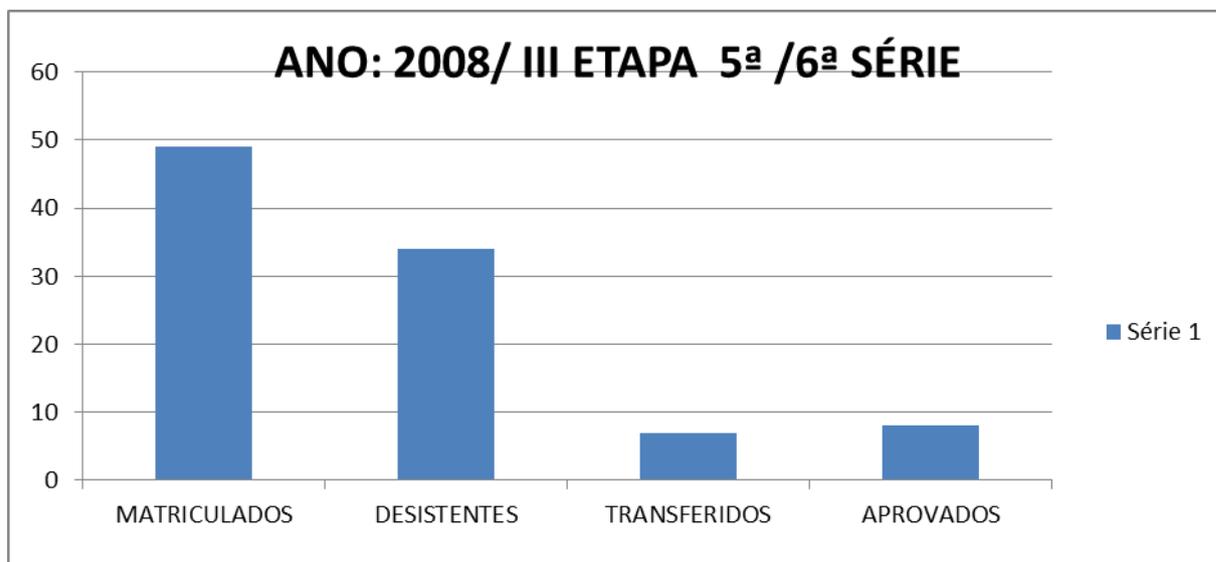
Pensar em um modelo mais flexível de escola, conectado com a vida. Além disso, investir na formação, com mais disciplinas obrigatórias e optativas na graduação (Di PIERRO, 2001).

Repensar sobre a produção de recursos didáticos apropriados incluindo a inserção das novas tecnologias é necessário para oportunizá-los a obterem o conhecimento exigido no mundo competitivo, condicionando assim a superar o atraso escolar. Impõe-se a responsabilidade ao professor de confeccionar recursos didáticos atrativos e ideais à faixa etária do educando já que não há oferta de variedade de materiais disponíveis no acervo escolar fazendo com que o docente se aproprie de recursos inadequados à realidade.

Políticas públicas eficientes voltadas para Educação de Jovens e Adultos apresentariam grande diferencial nas estatísticas sobre analfabetismo. Não há um recurso financeiro específico para essa modalidade que venha contemplá-la. O governo oferece o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PACTUE (Programa de Autonomia Cooperação e Transparência das Unidades Escolares) que atende a todas modalidades de ensino da educação básica.

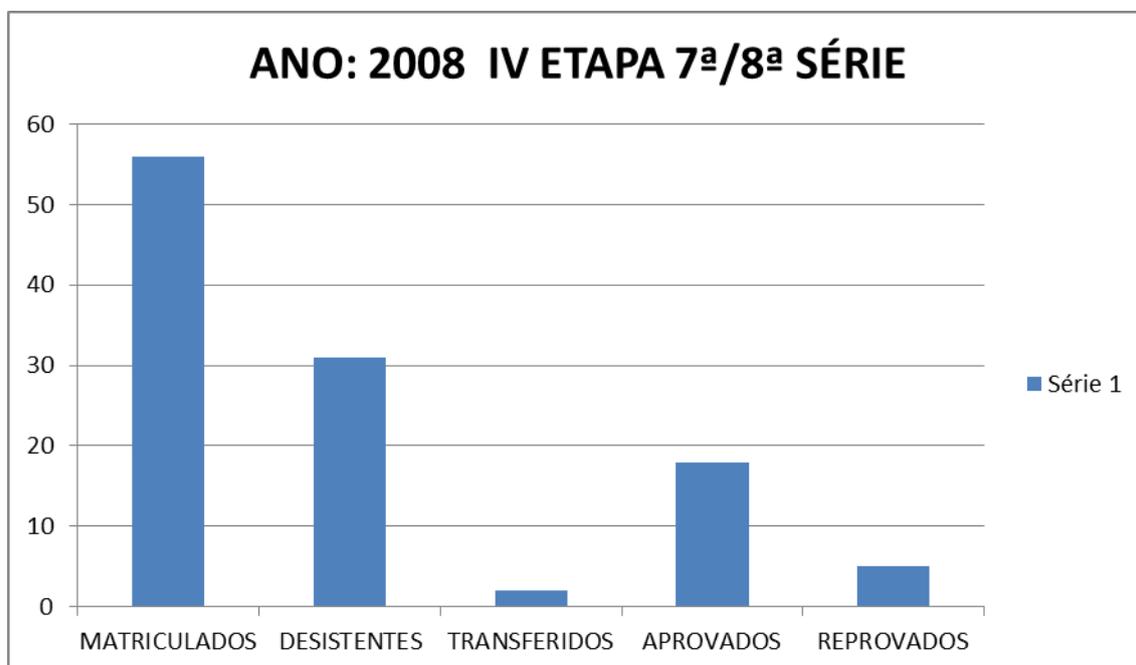
É intrigante o percentual da população adulta que não concluíram a educação básica, são impotentes diante das circunstâncias vividas que os levam ao descrédito na educação como meio de elevar o homem ao ser capaz de transformar a sociedade em uma só classe; a de pessoas que produzem conhecimento e o põe em prática.

Sabe-se que a grande maioria do alunado vive no subemprego, são impossibilitados de obterem uma renda digna que atenda as suas necessidades básicas. Esse fator causa transtorno psicológico que os levam à evasão escolar impedindo o prosseguimento nos estudos, o que faz necessário a adoção de programas sociais voltados para esse público condicionando assim a conclusão dos cursos.



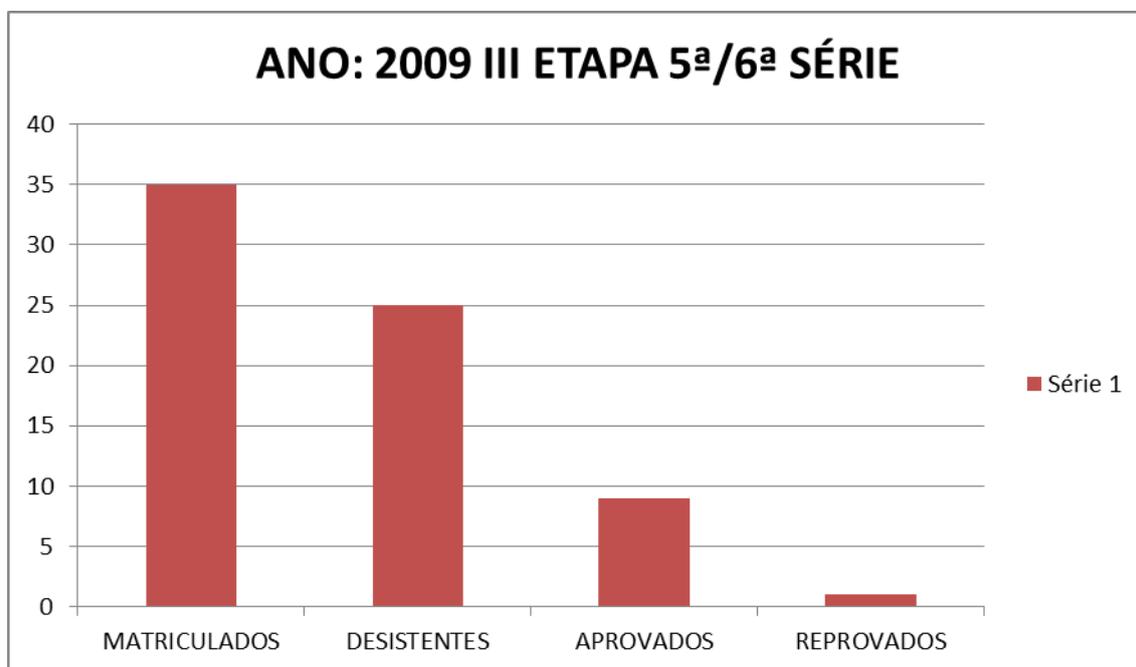
**Gráfico 1.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2008.



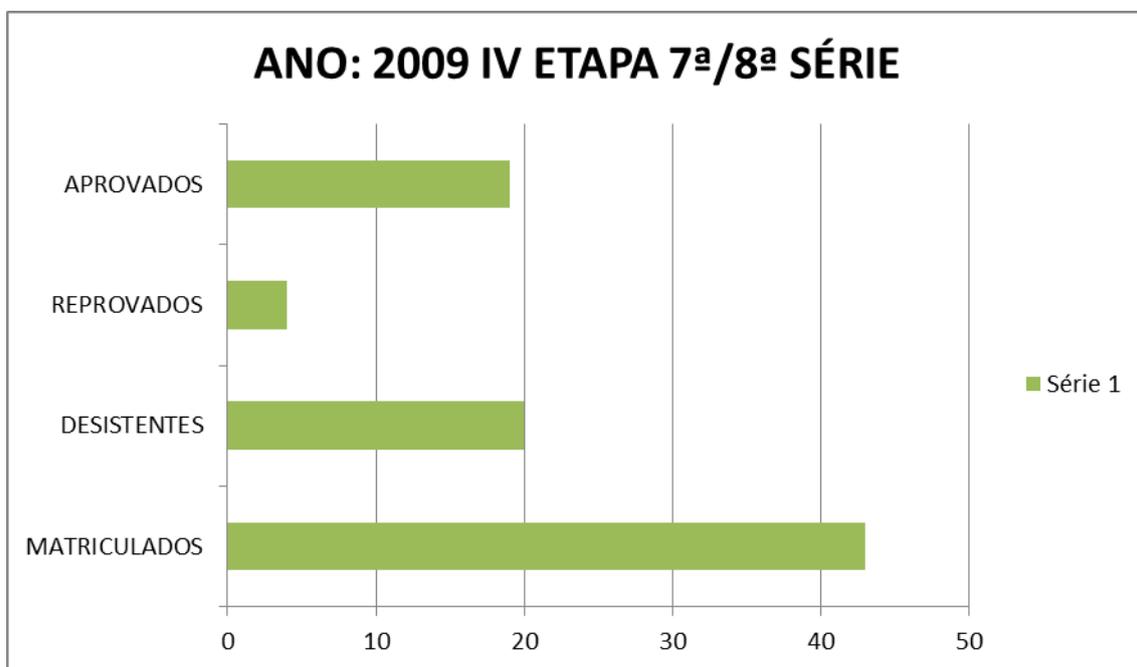
**Gráfico 2.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2008.



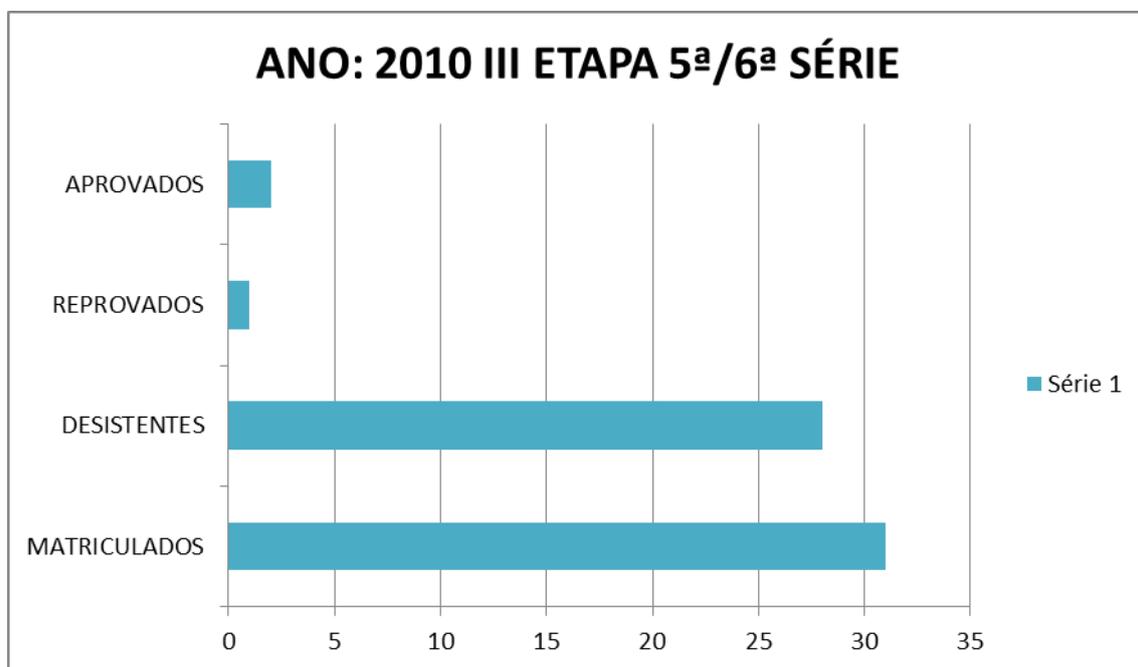
**Gráfico 3.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura - 2009.



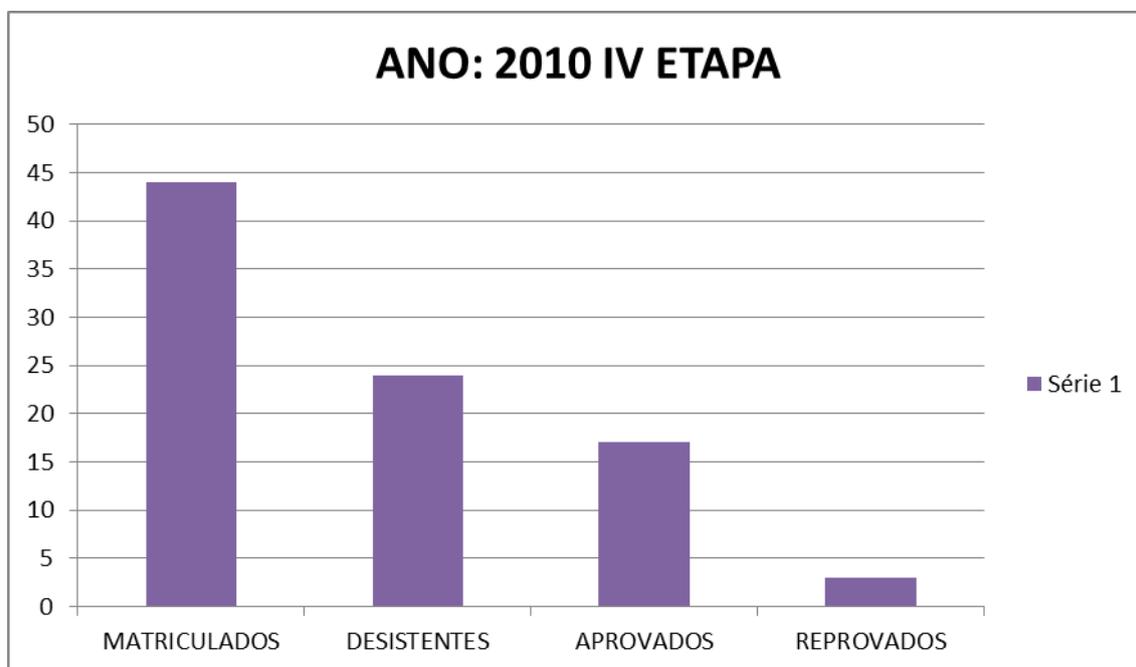
**Gráfico 4.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2009.



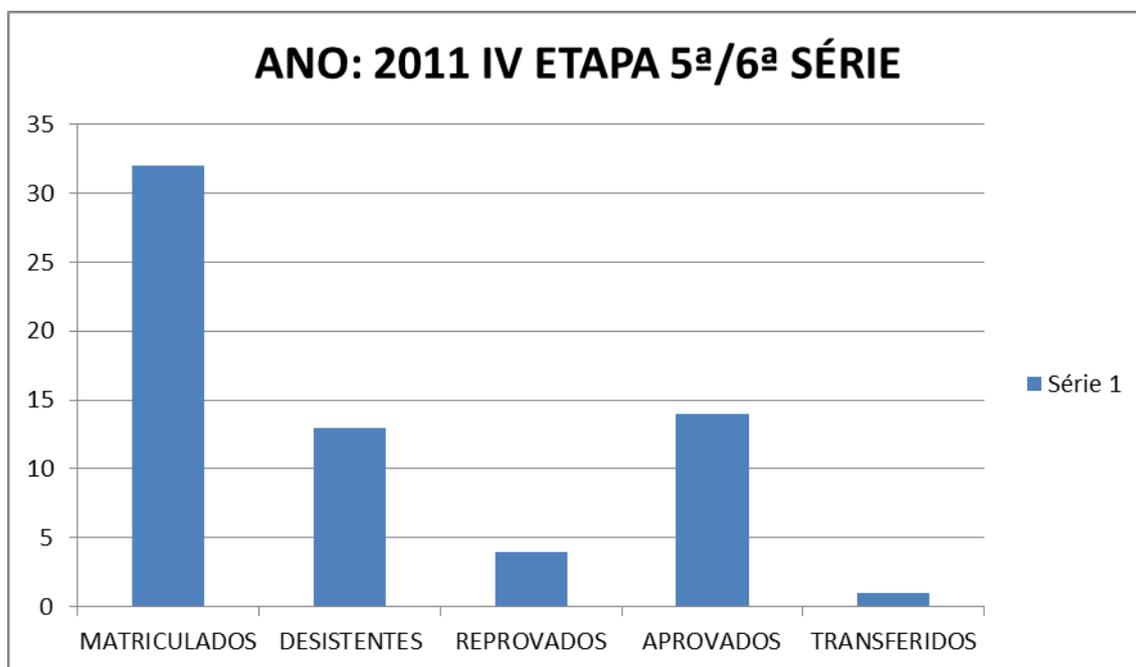
**Gráfico 5.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2010.



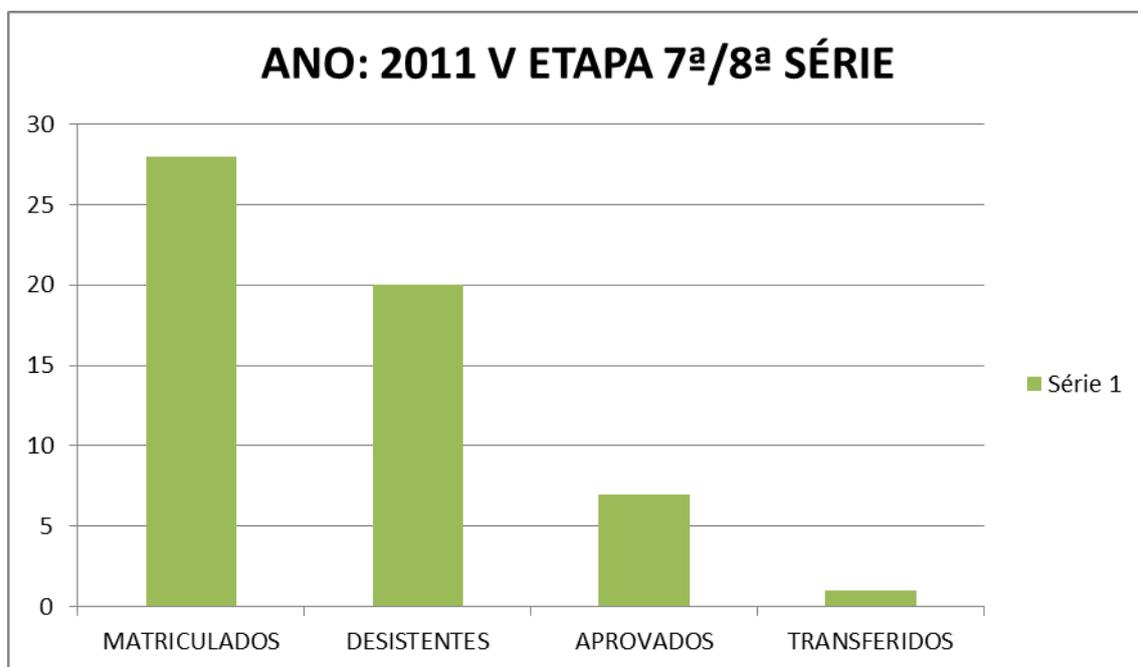
**Gráfico 6.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2010.



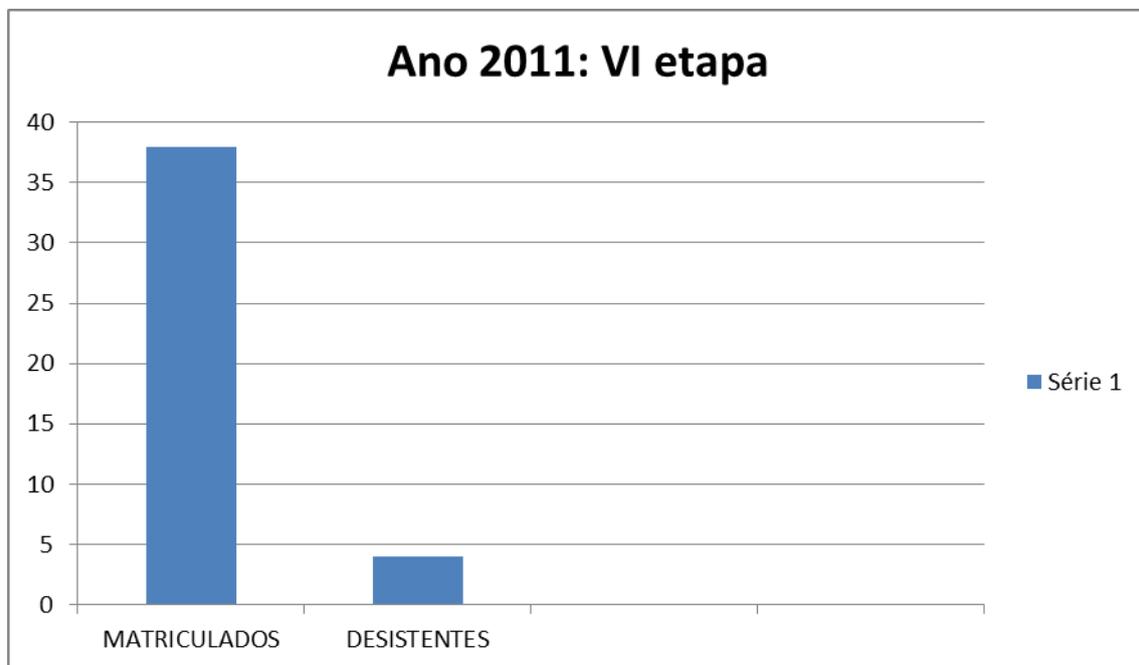
**Gráfico 7.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2011.



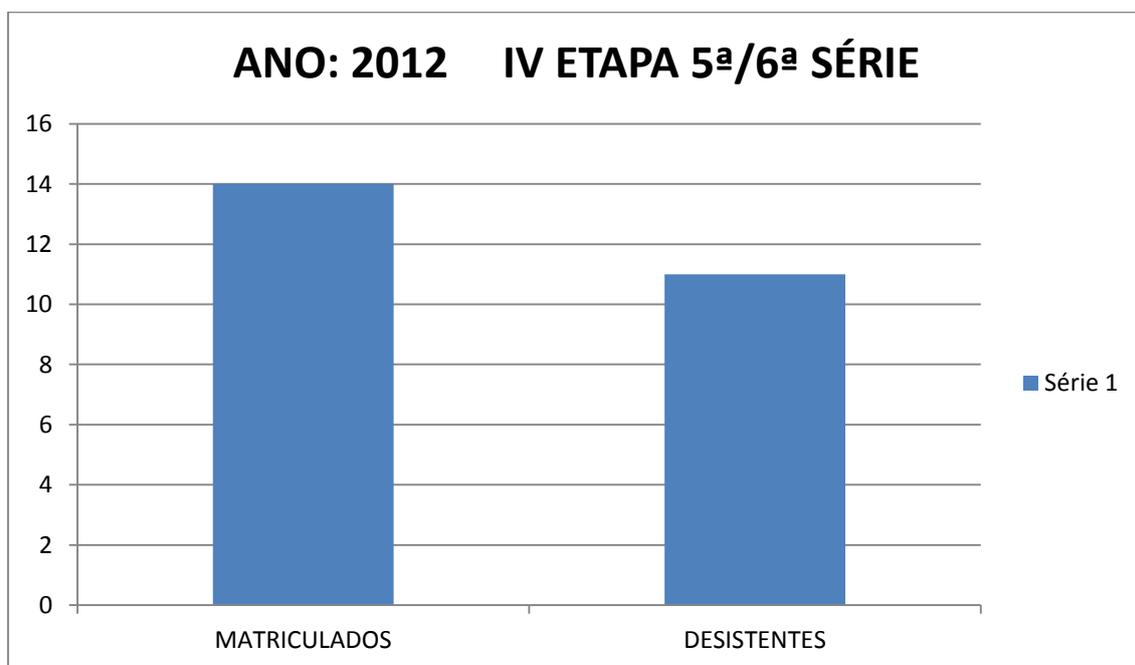
**Gráfico 8.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2011.



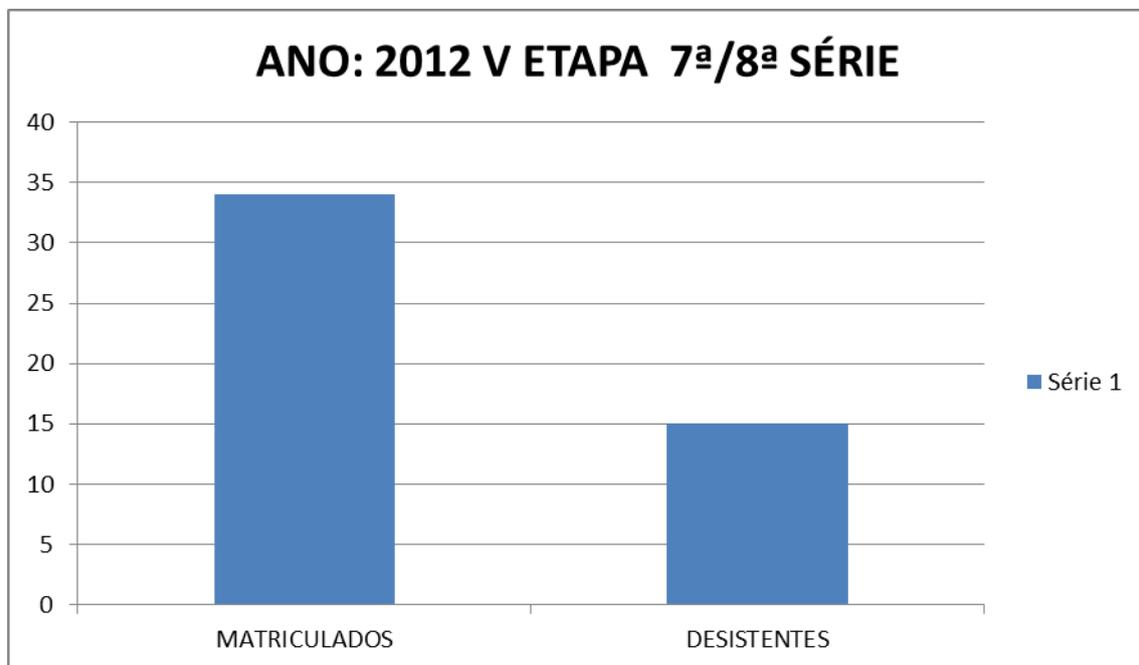
**Gráfico 9.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2011.



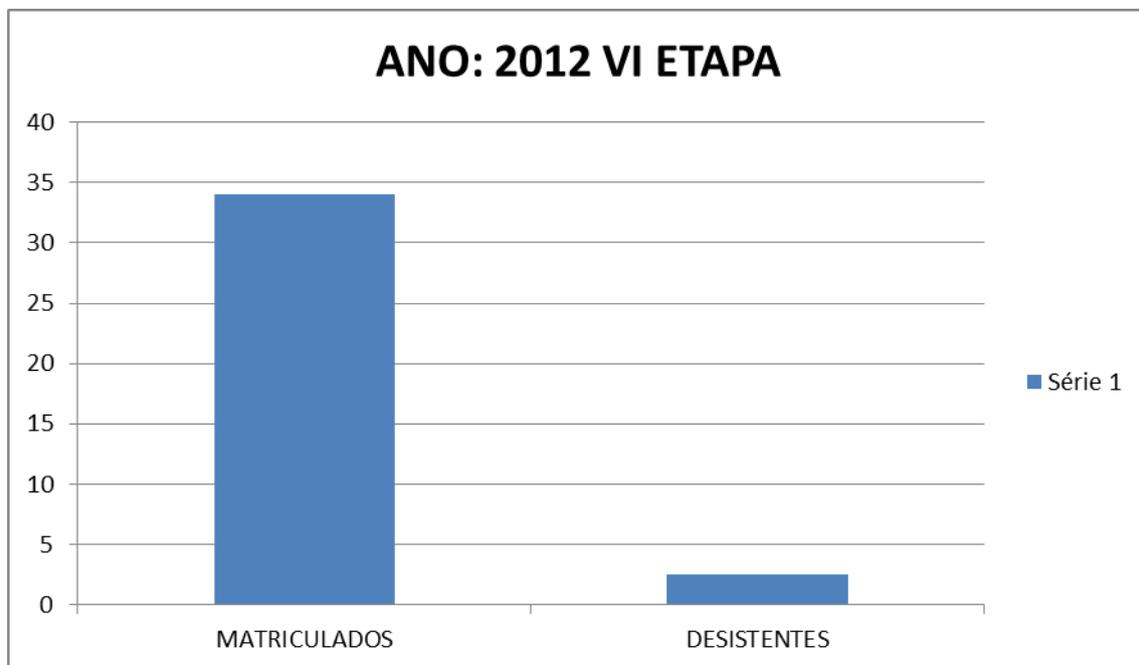
**Gráfico 10.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2012.



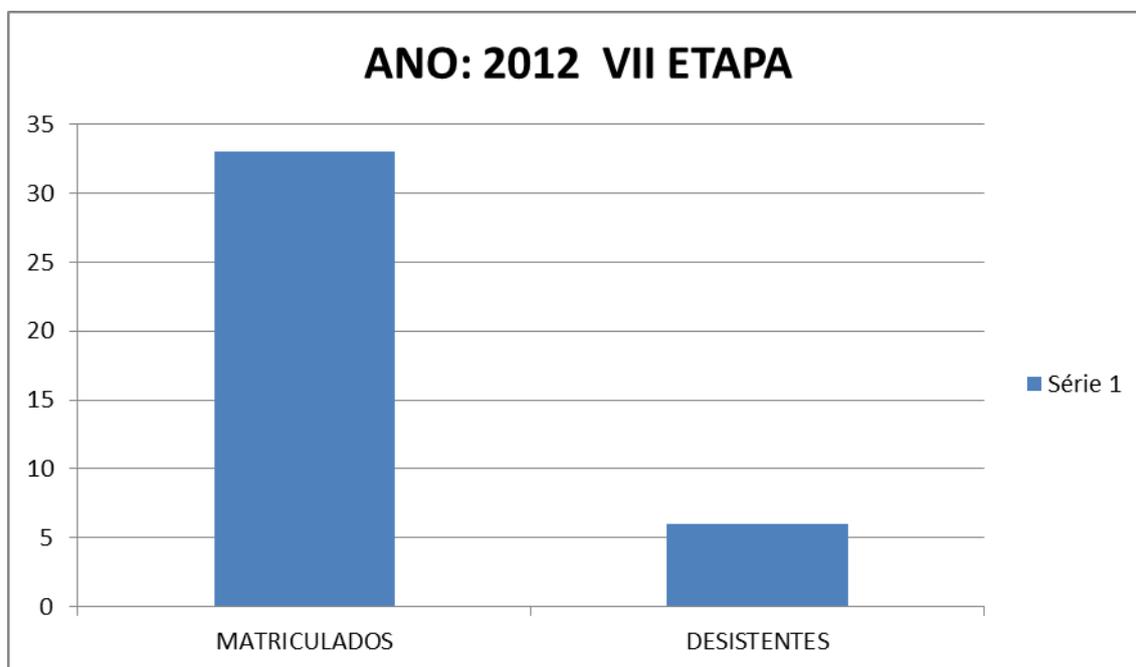
**Gráfico 11.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2012.



**Gráfico 12.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2012.



**Gráfico 13.**

**Fonte:** Ginásio Estadual Francisco de Assis Moura 2012.

Os gráficos comprovam a realidade escolar, onde no início de cada ano letivo tem-se um expressivo número de matrículas e finda com uma minoria de aprovados tornando as salas vazias e sem motivação principalmente no ensino fundamental (III, IV e V etapas) enquanto no ensino médio (VI e VII etapas) constatou-se maior persistência devido ao desejo de prosseguir nos estudos para maior participação e tomada de decisões no meio onde vive.



Em respostas as entrevistas muitos atribuíam o abandono escolar as ocupações diárias, a perda do interesse para retorno aos estudos, consequências geradas pelo descrédito em se adentrar no mercado de trabalho competitivo que requer do aluno total dedicação para ser contemplado no mercado de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com apoio de estudo bibliográfico e pesquisa de campo constata-se a ineficiência das políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos da Unidade Escolar Manoel Ribeiro da cidade de Ipiranga do Piauí, onde grande parte dos educandos não chegam a concluir o ensino médio pela desmotivação causada pelos desafios enfrentados no cotidiano. Não entendem a educação como um direito de todos onde possam exigir dos governantes condições para permanência na escola através de mobilização social e reivindicações como participação na assembléia legislativa municipal em projetos que envolva educação de qualidade.

Oportunizar o educando Jovem e Adulto com uma ajuda de custo que complemente a renda familiar seria viável desde que se exija um resultado satisfatório levando em consideração a assiduidade e rendimento escolar.

Observou-se ainda que o maior desafio encontrado que impede o prosseguimento nos estudos é o fator trabalho que favorece as migrações para o centro sul do Brasil à procura de oportunidade de emprego o que torna a educação em segundo plano gerando assim grande evasão escolar.

Torna-se coerente afirmar que a metodologia utilizada pelos professores ainda é mecânica, necessitando ainda inovação adequada à faixa etária. De modo geral para que a Educação de Jovens e Adultos seja valorizada faz-se necessário a parceria entre educadores e gestores das políticas públicas onde juntos traçarão metas específicas voltadas para a melhoria das estruturas físicas escolares como salas arejadas, boa iluminação, biblioteca, laboratórios, bem como investir em toda equipe pedagógica capacitando-os para melhor desempenho e envolvimento nessa modalidade de ensino, dinamizando o ensino para maior produtividade e persistência para um futuro promissor.



## REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, C. A educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. **Alfabetização e cidadania**, São Paulo, n.16, p.19-27, jul.2003.
- BRASIL. Constituição (1989). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,DF: Senado, 1989.
- BRASIL. MEC. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez.1996.
- DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, v.27, n. 2, p.321-337, jul./dez.2001.
- ENRICONE, Delcia; HERNANDEZ, Ivane Reis Calvo; GRILLO, Marlene. **Ensino, Revisão Crítica**. Porto Alegre, RS: Sagra, 1988.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Livro Editora, 2008.
- MACEDO, Severine. Movimentos e conquistas sociais. **Revista Mundo Jovem**. São Paulo: Abril, 2012.
- MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Pour une pédagogie de la transformation sociale**.1993. Tese (Doutorado) - Université des Sciences Humaines de Strasbourg (USHS), 1993.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: RIBEIRO, Veras Masagão (Org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas, SP: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil- ALB/ Ação Educativa, 2002.
- ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. (1930-1973).Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- SEDUC – PI. **Programas educacionais oferecidos pelo governo estadual para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: [www.seduc.pi.gov.br](http://www.seduc.pi.gov.br)



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

## Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem no magistério. **Educação e Sociedade**, ano 21, n. 73, p.20, dez.2000.